Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Se eleito (a) governador (a), obedeceria a uma decisão do STF que considerasse injusta, abusiva ou politicamente motivada? Ou determinaria que o Governo do DF a cumprisse enquanto buscasse contestá-la pelos meios legais?

Marcelo Ferreira CB/DA Press

Celina Leão (PP)

"Decisão de Justiça, se cumpre. E se não concordar, por qualquer razão, recorre-se da decisão esperando um novo julgamento".

Minervino Junior/CB/D.A Press

Ricardo Cappelli (PSB)

"Se tiver uma medida judicial que eu não concorde, eu vou cumprir, claro. Mas paralelamente, utilizando os meios legais, questionar na Justiça".

Carlos Vieira/CB

Paula Belmonte (PSDB)

"Como governadora, eu vou cumprir a Constituição e respeitar as instituições. Uma decisão judicial não deixa de valer porque eu discordo dela. Se considerar uma decisão injusta, abusiva ou juridicamente equivocada, o Governo do Distrito Federal vai cumpri-la enquanto utiliza todos os instrumentos legais disponíveis para contestá-la. É assim que funciona o Estado Democrático de Direito. Eu posso discordar, posso questionar e posso recorrer, mas não cabe a uma governadora decidir quais ordens judiciais merecem ou não ser cumpridas. O meu compromisso será sempre com a Constituição, com a lei e com a defesa dos interesses da população do Distrito Federal".

Rede Social/Divulgação

Kiko Caputo (Novo)

"Com certeza. Eu obedeceria e cumpriria a decisão judicial, ainda mais sendo uma decisão emanada da Suprema Corte. Decisão judicial se cumpre. Podemos discordar, criticar e até lamentar uma decisão, mas ela deve ser respeitada. Se eu entendesse que a decisão é equivocada, utilizaria, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, todos os recursos e instrumentos jurídicos cabíveis para tentar modificá-la. O que não existe é a hipótese de simplesmente deixar de cumprir uma decisão judicial, seja de qual órgão for. Admitir isso seria abrir caminho para a anarquia institucional — e isso nós não podemos sequer cogitar".

Divulgação

Professor Robson (PSTU)

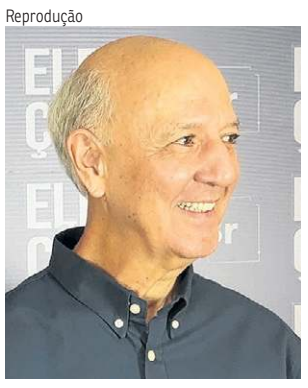
"Diante de uma eventual decisão do STF que seja considerada injusta, abusiva ou contrária aos interesses dos trabalhadores: submeteremos o impasse imediatamente à apreciação dos conselhos populares e, se necessário, convocaremos um plebiscito popular em todo o DF. Se a população, de forma soberana, decidir, em plebiscito ou conselho, que a ordem do STF não deve ser acatada, o governo cumprirá a vontade popular. Se a decisão for por acatar, assim será feito. A palavra final sobre aceitar ou rejeitar qualquer determinação de órgãos superiores não virá do STF, mas sim, da consulta direta e democrática à classe trabalhadora".

Matheus Oliveira/Esp/CB/D.A Press

Leandro Grass (PT)

"Diziam antigamente que decisão de juiz não se discute, cumpre-se. Hoje avançamos: discutimos, questionamos a decisão, mas temos de cumpri-la. A única maneira de revogar uma decisão judicial, inclusive do STF, é, cabendo recurso, exercer esse direito. Sendo decisão final, tem de ser cumprida, gostemos ou não".

Reprodução



José Roberto Arruda (PSD)

"Decisão judicial se cumpre. Se você estiver amparado pela lei — como é o caso da minha candidatura agora, por exemplo —, você tem instrumentos legais para recorrer e buscar, na própria Justiça, a reparação. Mas nós que amamos e defendemos a democracia não podemos contrariar um de seus pilares fundamentais que é o respeito à Justiça".

Divulgação

Elisson Ferreira (Agir)

"O meu plano de governo foi construído com essa visão: respeito à Constituição, responsabilidade institucional e foco na vida real das pessoas. Então, se houver uma decisão do STF, o Governo do DF vai cumprir, porque governador não pode agir por impulso nem criar crise. Mas cumprir não significa se calar. Se a decisão for injusta, abusiva ou prejudicar o Distrito Federal, nós vamos contestar pelos meios legais, com a Procuradoria, com recurso, com diálogo e com firmeza. Brasília é a capital da República. O governador precisa ter equilíbrio para respeitar as instituições e coragem para defender o povo. O nosso caminho é esse: cumprir a lei, respeitar a democracia e governar olhando para quem mais precisa do Estado funcionando".

Ed Alves/CB/D.A Press

Expedito Mendonça (PCO)

"Se o STF ordenar que eu atire na população na rua, eu vou cumprir? Não, não precisa nem recorrer. O PCO é contra a existência do STF e nunca iria violar os direitos dos trabalhadores, sejam os de manifestação, expressão, organização ou greve, a mando de ninguém. Ainda mais de uma Corte submersa em um escândalo grotesco de corrupção, como o dos contratos milionários da família de Alexandre de Moraes com o estelionatário Banco Master. Nenhum Tribunal pode ser dono da Constituição. Nosso compromisso é com a classe trabalhadora, não com juízes vendidos ao grande capital".

Donavan Sampaio (@parkuniverso)

Samara Mineiro (UP)

"Há muitas legislações e decisões injustas em nosso país, inclusive por parte do STF. Por isso, no programa da UP defendemos que a seleção dos juízes seja mais criteriosa, inclusive passando por processo eleitoral. O que farei é mobilizar o povo para que todas as decisões injustas sejam revertidas. Levando em consideração cada caso concreto".

Observação: *O candidato* ***Rico Pinheiro (PRTB)*** *foi procurado por meio da assessoria, mas não respondeu.*

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

Eleições 2026

Infraestrutura na agenda

Candidatos ao Governo do Distrito Federal (GDF) participam de sabatina com empresários da construção civil no Sinduscon

» CARLOS SILVA

Álame Fabiano/Divulgação

Álame Fabiano/Divulgação

Carlos Silva/CB/D.A Press

Celina Leão: superavit para investimentos **Arruda: indicação para secretário de Obras** **Leandro Grass em campanha com Janja**

A governadora e candidata à reeleição, Celina Leão (PP), rebateu as acusações relacionadas às negociações entre o Banco de Brasília (BRB) e o Banco Master. Em vídeo divulgado nas redes sociais, ela afirmou que uma reportagem da *Folha de S.Paulo* teria apresentado conversas "fora de contexto" e sustentou que "a narrativa não é verdadeira".

"Aí vai a verdade pra vocês. Seis meses antes de qualquer tipo de operação, eu já era contrária", afirmou a governadora em vídeo. Diálogos atribuídos ao empresário Daniel Vorcaro, do Banco Master, e a um terceiro interlocutor mostrariam que havia uma discussão sobre o que ela sabia a respeito das negociações.

A manifestação de Celina Leão ocorreu no mesmo dia em que o candidato ao Palácio do Buriti Leandro Grass (PT) voltou a cobrar explicações da governadora sobre as negociações entre o BRB e o Banco Master. Durante um ato de adesivação de campanha que contou com a participação da primeira-dama do Brasil, Janja Lula da Silva, Grass afirmou que as informações atribuídas a Vorcaro precisariam ser esclarecidas pelas autoridades.

"Contradiz tudo o que ela tinha falado até o momento, que ela não tinha nada a ver, de que ela não tinha conversado com o Vorcaro, de que o Vorcaro não tinha uma relação com ela. Como, então, o Vorcaro afirma isso? Que ela sabia. Então alguém tem que explicar alguma coisa", disse o petista. O episódio também repercutiu na Câmara Legislativa (CLDF). O deputado distrital Gabriel Magno (PT) protocolou um pedido de impeachment contra a governadora do DF, por suposto crime de responsabilidade.

Obras e moradias

Em agenda eleitoral, Celina também participou de uma sabatina promovida pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF), na qual concentrou o discurso em infraestrutura, mobilidade urbana, habitação e desenvolvimento imobiliário. Diante de empresários da construção civil e representantes do setor produtivo, Celina Leão afirmou que o governo deverá encerrar o ano com cerca de R$ 3 bilhões em caixa para investimentos, caso seja reeleita.

Também no Sinduscon-DF, José Roberto Arruda (PL) afirmou que pretende entregar ao setor produtivo a escolha do secretário de Obras, caso seja eleito. Na agenda, o ex-governador também prometeu retomar grandes projetos de infraestrutura, com novas linhas de metrô, construção do Anel Rodoviário, implantação da Via Interbairros e novas pontes.

"Vocês é que vão escolher meu secretário de Obras. Nós vamos fortalecer a Novacap outra vez, centralizar as obras lá. Eu quero alguém do setor produtivo, só isso que eu quero", disse. Segundo Arruda, a escolha seguiria uma experiência de sua gestão anterior, quando empresários ligados à construção civil ocuparam postos na administração.

Por sua vez, Paula Belmonte (PSDB) participou de sabatinas promovidas pelo Sinduscon-DF e pela Associação Brasiliense de Construção (Asbraco), nas quais apresentou propostas relacionadas a habitação, regularização fundiária, planejamento urbano e desburocratização. A candidata utilizou o deficit habitacional como argumento para defender a ampliação da produção de moradias populares. Segundo Paula, o número estimado de 104 mil moradias necessárias contrasta com aproximadamente 3 mil unidades entregues recentemente. "No nosso governo, esse é o momento mais esperado, que é a oferta de habitação, oferta de habitação social para que as pessoas tenham o seu lugar aonde morar, ter seu endereço, poder construir a sua família", afirmou.

Ricardo Cappelli (PSB) e Kiko Caputo (Novo) também participaram do encontro no Sinduscon-DF. O candidato do PSB afirmou que novos empreendimentos habitacionais não deveriam ser implantados antes da chegada de transporte, equipamentos públicos e serviços básicos. "Não existe planejamento habitacional descolado do planejamento de infraestrutura. As duas coisas têm que andar juntas", afirmou Cappelli.

Já Caputo defendeu um "choque de honestidade" e de gestão na administração pública como forma de ampliar os recursos para investimentos. Entre as promessas apresentadas estão a expansão do metrô, a construção de quatro novas Estradas-Parque e quatro hospitais, além da ampliação de creches, CAPs e escolas em tempo integral.